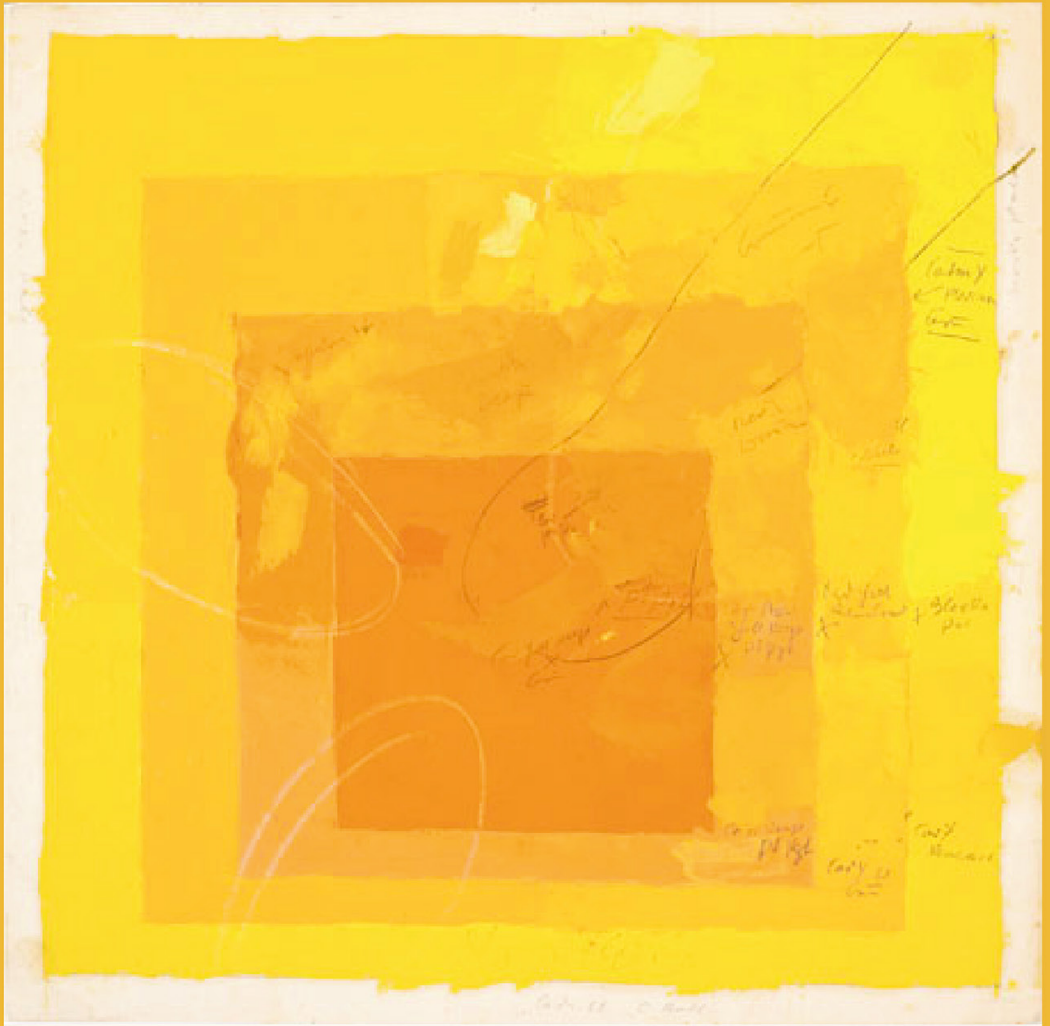


LLOYD DEMAUSE



FUNDAMENTOS DA PSICO-HISTÓRIA



FUNDAMENTOS DA PSICO-HISTÓRIA
O ESTUDO DAS MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS

Lloyd deMause

FUNDAMENTOS DA PSICO-HISTÓRIA
O ESTUDO DAS MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS

Tradução Clara Colotto

1ª Edição
POD



KBR
Petrópolis
2014

Coordenação editorial **Noga Sklar**¹
Editoração **KBR**
Capa **KBR** s/ “Estudo para ‘Homenagem ao quadrado’”, de
Josef Albers, óleo sobre tela, circa 1964

Copyright da edição em português © 2014 *Clara Colotto*
Todos os direitos reservados à tradutora.

Copyright da edição original © 1982 *Lloyd deMause*
Direitos reservados à The Association For Psychohistory
140, Riverside Drive
New York, NY 10024-2605
www.psychohistory.com

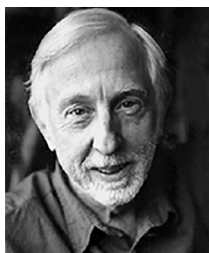
ISBN 978-85-8180-304-3



KBR Editora Digital Ltda.
www.kbrdigital.com.br
www.facebook.com/kbrdigital
atendimento@kbrdigital.com.br
55|24|2222.3491

PSY000000 Psicologia

¹ Nota da edição em português: notas de rodapé e bibliografia da edição original revisadas, na maior parte tendo como fonte www.worldcat.org.



Lloyd deMause é diretor do Instituto de Psico-História, em Nova York. É fundador e editor do *The Journal of Psychohistory* e do *Journal of Psychoanalytic Anthropology*. Foi o fundador da Associação Internacional de Psico-História. É autor, entre outros, de *The History of Childhood*, *A Bibliography of Psychohistory*, *The New Psychohistory* e *Jimmy Carter and American Fantasy*. *Fundamentos da Psico-História* é seu primeiro livro publicado em português, com tradução de Clara Colotto.

Email do autor: psychhst@gmail.com

Email da tradutora: clara@colotto.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO • 9

CAPÍTULO I • 17

A EVOLUÇÃO DA INFÂNCIA • 17

ESTUDOS ANTERIORES SOBRE AS CRIANÇAS NA
HISTÓRIA • 21

PRINCÍPIOS PSICOLÓGICOS DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA:
REAÇÕES DE PROJEÇÃO E REVERSÃO • 28

PRINCÍPIO PSICOLÓGICO: A IMAGEM DUPLA • 56

INFANTICÍDIO E DESEJOS DE MORTE EM RELAÇÃO ÀS
CRIANÇAS • 62

ABANDONO, AMAMENTAÇÃO E ENFAIXAMENTO • 81

TREINAMENTO HIGIÊNICO, DISCIPLINA E SEXO • 101

PERIODIZAÇÃO DOS MODOS DE RELACIONAMENTO ENTRE
PAIS E FILHOS • 130

TEORIA PSICOGÊNICA: UM NOVO PARADIGMA PARA A
HISTÓRIA • 134

CAPÍTULO II • A INDEPENDÊNCIA DA PSICO-HISTÓRIA • 137

CAPÍTULO III • A TEORIA PSICOGÊNICA DA HISTÓRIA • 169

ÍNDICE REMISSIVO • 189

PREFÁCIO

A teoria decide o que podemos observar.

Albert Einstein

A Psico-História é a ciência da motivação histórica — nem mais, nem menos. Neste livro apresento os fundamentos teóricos dessa nova ciência.

Em geral, não se reconhece que a Psico-História é a única ciência social fundada no século 20 — a sociologia, a psicologia e a antropologia se separaram da filosofia no século 19.

Ao se iniciar uma nova ciência, a primeira tarefa consiste em formular teorias distintas, claras e comprováveis. As novas teorias devem ser internamente coerentes e passíveis de gerar previsões. Estas, por sua vez, frente a material empírico novo, podem ser tanto comprovadas como parcialmente refutadas. Testar e refutar a teoria, em parte, é o objetivo de todas as ciências e constitui a única base para formular novas teorias e novas previsões que, espera-se, serão melhores.

Por esse motivo, neste livro, meu único objetivo é formular, testar, refutar e reformular a teoria psico-histórica.

Cada capítulo constitui um novo experimento científico no qual procuro identificar-me com os atores do drama histórico e explorar meu próprio inconsciente, como um meio para alcançar as motivações históricas. Somente se eu conseguir realizar esse ato

interior de descoberta, poderei voltar a atenção para material histórico novo, a fim de testar os padrões de motivação e de dinâmica de grupo que penso ter encontrado. Há muito tempo, Dilthey reconheceu ser essa a única maneira de se fazer Psico-História. Afinal, a psique só pode explorar a si própria para descobrir os motivos de outra psique. Sendo os motivos de outra espécie (considerados em relação ao tipo) inteiramente diferentes dos nossos, eles são, literalmente, incognoscíveis. *Somente* descobrindo o “Hitler em nós próprios” poderemos compreender um Hitler. Se *negarmos* que há um “Hitler em nós próprios”, não será possível fazer Psico-História. Também, como Hitler, fui uma criança surrada, amedrontada e um jovem ressentido. Reconheço-o em mim próprio e, com alguma coragem, consigo sentir, em minhas vísceras, os terrores que ele sentiu e ajudaram a produzir a *Götterdämmerung* europeia (o Crepúsculo dos Deuses europeu).

Frequentemente, a necessidade de mergulhar nas profundezas da própria psique, ao se fazer pesquisa psico-histórica, leva os críticos a confundir introspecção com alucinação. O psicólogo político Lloyd Etheredge não conseguiu decidir se “a obra de de-Mause é a de um gênio e um visionário audaz ou se não passa de entusiasmo excêntrico do autor pelas próprias fantasias exacerbadas”. O historiador Lawrence Stone perguntou-se, ao ler minha obra, de que modo “resolver o problema de como considerar um modelo tão corajoso, tão desafiador, tão dogmático, tão entusiasta, tão perverso e, no entanto, tão maciçamente documentado”. E David Stannard exprimiu o receio de que introspecção seja apenas regressão e descreveu meu trabalho como situado “muito além da margem até mais generosa da definição do conhecimento científico”, pois, segundo declarou, para fazer minha pesquisa passei “centenas de horas’ engatinhando embaixo de lençóis, na cama, como uma criança de dois anos, buscando respostas aos enigmas da história”. Com certeza, a introspecção é uma tarefa perigosa e, na Psico-História, aqueles que a empreendem correm o risco de ser acusados de constituir a fonte exclusiva das fantasias investigadas.

Sendo a introspecção uma ferramenta tão importante na

investigação da motivação histórica, a vida pessoal de um psico-historiador precisa estar estreitamente ligada à escolha de seu tópico de estudo. Nas ciências psicológicas, é um truísmo a afirmação “Nada amado ou detestado, nada compreendido”. Ninguém se deveria surpreender com o fato de que, durante a década de minha vida na qual pesquisei e escrevi esses capítulos, vivenciei todos os respectivos tópicos. Escrevi sobre a evolução da infância durante a infância de meu filho, sobre as origens da guerra durante meu divórcio e sobre as origens fetais da história durante a gravidez de minha segunda esposa. Também pude determinar a influência sobre esses ensaios da primeira e da segunda psicanálises que vivenciei, do desenvolvimento de nosso Instituto de Psico-História bem como do *The Journal of Psychohistory*, onde, pela primeira vez, meus escritos foram publicados. Todos são relevantes para os resultados. Contudo, ao final, o importante é quão bem a evidência é explicada pela teoria. Estudo, metodicamente, meus próprios sonhos, para me ajudar a compreender tanto meu papel em grupos de Psico-História como meu material histórico— porque, tal como acontece com os sonhos, a história faz sentido perfeito quando suas leis de transformação simbólica são conhecidas. No entanto, minhas teorias psico-históricas não derivam seu valor-verdade de meus sonhos e, sim, de seu poder de explicar os motivos compartilhados por indivíduos em grupos históricos.

A “teoria psicogênica da história” elaborada neste livro é de fácil compreensão, embora com frequência seja de difícil aceitação. Pode ser sumarizada como a teoria de que a história envolve a encenação, por adultos, de fantasias de grupo baseadas em motivações inicialmente produzidas pela evolução da infância. Denomino essa teoria de “psicogênica”, em vez de “econômica” ou “política”, pois ela considera o homem mais como *homo relatens* do que *homo economicus* ou *homo politicus* — em outras palavras, considera que o homem busca o relacionamento e o amor mais do que o dinheiro ou o poder. Segundo a teoria, a base real para compreender a motivação na história não é a “classe econômica” nem a “classe social”, mas sim a “*psicoclasse*” — os modos compartilhados da criação infantil. Por isso, o slogan não oficial de nossa revista,

a *Journal of Psychohistory*, “sem infância, sem Psico-História”, por difícil que seja sua realização, visa a manter o objetivo psicogênico em primeiro lugar em nossa mente ao forjarmos nossa nova ciência.

Como uma divisão da psicologia científica, a Psico-História é, simplesmente, a psicologia dos grupos maiores. É baseada na psicanálise, porque esta é a psicologia profunda mais significativa do século 20 —, enquanto oposta à teoria sociológica, que se baseia no associacionismo do século 18 ou em sua variante do século 19, o behaviorismo. Entretanto, como constantemente enfatiza o psico-historiador Rudolph Binion, as leis psico-históricas são *sui generis*, não derivam da prática clínica, e sim, somente da observação histórica. Pois, embora façam uso de princípios válidos da psicologia individual, elas vão além, para a dinâmica peculiar a grandes grupos. Tampouco são reduzíveis à psicologia clínica, do mesmo modo como a astronomia não é reduzível à física atômica. Consequentemente, a intenção de meu trabalho é fazer uma completa “história da psique” em vez de apenas “usar a psicologia na história”. Isso significa que o tipo de Psico-História escrito por nossos associados ao Instituto de Psico-História deriva menos da famosa “Próxima Tarefa” dos historiadores, de William Langer, de “usar a psicanálise na história” do que da esperança inicial de Freud de “que, algum dia, alguém se aventure a iniciar uma patologia das comunidades culturais”.

Aos historiadores perturba a possibilidade, levantada por Freud, de que grupos inteiros possam ser patológicos. O historiador britânico E. P. Hennock denunciou a “incultura e a loucura flagrante” de meu trabalho com base no relativismo histórico:

Há muito tempo, entre historiadores, um conceito básico tem sido o de que os homens de outras épocas se comportavam de modo bem diferente do nosso, sem, no entanto, serem irracionais ou insanos. Isso não faz parte do universo mental de deMause (...) as práticas normais de sociedades passadas são explicadas por ele, constantemente, em termos de psicoses.

Embora, na realidade, eu nunca tenha aplicado o termo “psicose” a um grupo, sei o que ele quer dizer. Trata-se do mesmo relativismo histórico que Phillippe Ariès propôs ao afirmar serem normais os indivíduos, de tempos antigos, que agrediam, sexualmente, crianças, pois “a prática, muito difundida, de brincar com as partes privadas das crianças fazia parte de uma extensa tradição”. Na década de 1930, esse tipo de relativismo costumava ser popular entre os antropólogos — “uma cultura só pode ser julgada segundo seu próprio sistema de valores” —, até ocorrer a Segunda Guerra Mundial e parecer bizarro afirmar que “os nazistas estão apenas refletindo uma cultura que valoriza queimar bebês em fornos”. Simplesmente, não há possibilidade de eliminar os valores da Psico-História — amar as crianças é melhor do que surrá-las, em *qualquer* cultura — ainda que, com empatia, o psico-historiador *possa* tentar eliminar o etnocentrismo. Sendo o tópico principal deste livro a ideia de que a maturidade psicológica é uma realização *histórica*, meu sistema de valores está, necessariamente, implicado em cada página que você lerá e fique preparado para questionar meus valores, juntamente com os fatos apresentados. Naturalmente, isso também vale para qualquer outra teoria histórica.

O sistema de valores de toda ciência social está imbuído em seus primeiros princípios. Quando a sociologia foi iniciada, Comte e Durkheim acreditavam estar delimitando apenas sua área de estudo ao postular o primeiro princípio da “sociedade como precedente ao indivíduo”. Porém, desde que Popper demonstrou ser essa uma falácia holística, na realidade, uma *valoração* do grupo (diria eu “da fantasia de grupo”) como sendo *mais importante* do que o indivíduo, a sociologia tem estado à deriva, sem uma base teórica. De fato, o conceito “sociedade” foi *inventado* para negar as motivações individuais em grupos. Durkheim foi bastante claro em relação a essa forma de evitar o psicológico ao declarar que “toda vez que um fenômeno social é explicado diretamente por um fenômeno psicológico, podemos ter certeza de que a explicação é falsa”. Por isso nunca uso a palavra “sociedade”. Adoto, em seu lugar, o termo não-coisificado “grupo”, porque considero a

palavra “sociedade” mais como um artifício derivado do mecanismo de projeção (tal como as palavras “divindade” ou “bruxa”) para aliviar o indivíduo de suas responsabilidades. “A sociedade causou X” é sempre uma tautologia ou uma projeção. Neste livro, minha intenção consciente é apresentar um sistema teórico baseado no individualismo metodológico como alternativa às sociologias holísticas de Durkheim e de Marx.

Isso significa que a Psico-História reduz todo o seu conteúdo a “motivos psicológicos?” Sim. Somente a psique pode ter um motivo; um grupo não pode; uma fábrica não pode; uma arma de fogo não pode. Então, a Psico-História é a “história reduzida meramente a motivos pessoais”? Outra vez, sim. Todos os motivos são pessoais, embora o “meramente” seja uma negação de sua importância. E a acusação de “reducionismo”, com frequência levantada contra a Psico-História, é simplesmente mal colocada, pois reduzir processos aparentemente complexos e dissimilares a forças e princípios mais simples e mais básicos não constitui um objetivo simplificado e, sim, um objetivo científico. Há muito tempo, todas as demais ciências aprenderam que o universo de “fatos” disponíveis é quase infinito. Apenas os historiadores acreditam que podem aprender algo apenas continuando a empilhar, cada vez mais, “fatos” narrativos.

Os historiadores são treinados na teoria da unicidade de todo evento histórico. A maioria dos historiadores narrativos está convencida desse princípio na história humana, do mesmo modo como o homem medieval nele acreditava no âmbito da história natural. Na melhor das hipóteses, os historiadores contemporâneos narram, com regularidade, alguns eventos políticos, depois alguns eventos econômicos e, desse modo, supõem, por mera conjunção, que as duas narrativas formem uma teoria. Mas a história narrativa *não* é uma ciência nem possui tal pretensão. A história narrativa descreve sequências de eventos históricos; a Psico-História descobre as leis das motivações históricas. A história narrativa apresenta abundância de “acidentes” e “erros”; a Psico-História está envolvida apenas com a legitimidade, especialmente de “acidentes” e de “erros”. A narrativa é centrada no período e espera-se que todos os historiadores se especializem em algum país e período; a Psico-

-História é comparativa e não pode se especializar em uma área da história, tal como um astrônomo não pode se especializar em uma área do céu. Durante conferências, quando estudantes me ouvem saltar para diante e para trás, de um período para outro, com frequência se queixam dizendo: “parece que você não está, realmente, fazendo *história*”. E estão certos.

Porém, que diferença esse novo modelo científico traz à visão que se tem da história! O que você lerá neste livro virará pelo avesso quase todas as noções já aprendidas sobre como encarar a história. Ao invés de a história constituir-se em como os eventos públicos afetam as vidas privadas, você perceberá a história mais como fantasias privadas colocadas em prática no palco público. Ao invés de tratar principalmente das atividades dos homens adultos, você perceberá como a história é, primeiro, determinada nas famílias, pelas mulheres e crianças bem como pelos homens e, somente mais tarde, reflete-se nas atividades públicas adultas. Ao invés de explicar como alguns poucos líderes mantêm o poder sobre as massas, você examinará como os grupos delegam tarefas aos líderes, de modo que o “poder” se torna, principalmente, um problema de masoquismo de grupo, em lugar de um problema de força. Ao invés de as guerras serem “erros” terríveis, você descobrirá que elas são *desejos*. Em lugar de nosso progresso para além da mágica e da superstição ser devido ao acúmulo de conhecimento, você o verá como um avanço em maturidade decorrente da evolução da infância. Em lugar do homem ‘tradicional’ visto como seguro e o homem moderno como alienado, você perceberá por que é muito mais provável que o homem tradicional seja esquizoide e o homem moderno, feliz e integrado. Ao invés da família tradicional como uma instituição forte, porém, atualmente em decadência, você testemunhará o crescimento da família, com seu amor pelos filhos e cônjuges, como uma *realização moderna*, tornando-se sempre mais forte. Em lugar de a civilização ser a renúncia, cada vez maior, ao prazer instintivo, você a perceberá como a satisfação sempre maior das necessidades. E em lugar da história como uma vitória da Moralidade, do Superego, você descobrirá que ela é, na realidade, uma vitória do Desejo e da Razão, do id e do ego *sobre* o superego.

Se isso me faz parecer um otimista, não desejo enganá-lo. Nem sempre os evolucionistas são otimistas. Considerando que não tento idealizar a história, falta-me a primeira qualificação para ser um otimista. E, considerando que a interpretação *Whig* (liberal) da história se baseia na noção do progresso inevitável como resultado do acúmulo de conhecimento, minha teoria não pode ser essa. Acredito, *mesmo*, que toda a maturidade que alcançamos por meio da lenta evolução da infância está sendo ameaçada por nossa capacidade tecnológica para a autodestruição, capacidade essa que, no momento, se eleva a quinze mil toneladas de dinamite para cada homem, mulher e criança na Terra. Se não compreendermos como provocamos tudo isso e por que ainda necessitamos de purificações sacrificiais periódicas, com certeza encenaremos, concretamente, nossas fantasias de grupo infantil de destruição total do mundo.

Se este livro puder contribuir para tal compreensão, eu o considerarei um sucesso.

Nova York, 11 de julho de 1981

Lloyd deMause

Diretor do Instituto de Psico-História

CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO DA INFÂNCIA

*Vocês ouvem as crianças chorando,
Ah, meus irmãos...*

Elizabeth Barrett Browning, *The Cry of The Children*.

Apenas recentemente começamos a despertar do pesadelo constituído pela história da infância. Quanto mais regredimos na história, mais baixo é o nível de cuidado dedicado às crianças e mais alta a probabilidade de elas terem sido mortas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e sexualmente violentadas. É nossa tarefa, neste livro, examinar aquilo que dessa história da infância pode ser recuperado a partir das evidências ainda a nossa disposição.

Anteriormente, esse padrão não foi observado pelos historiadores porque, há muito tempo, a história séria tem sido considerada um registro de eventos não privados, mas públicos. Os historiadores têm se concentrado a tal ponto na barulhenta caixa de areia da história, com seus castelos fantásticos e batalhas magníficas, que, em geral, têm ignorado o que se passa nos lares e ao redor do local de recreação infantil. Enquanto os historiadores procuram as causas das batalhas atuais nas batalhas passadas da caixa de areia, nós, ao contrário, indagamos de que modo cada geração de pais e filhos cria os argumentos que serão encenados, mais tarde, na arena da vida pública.

À primeira vista, parece estranha essa falta de interesse pela vida das crianças. Tradicionalmente, os historiadores estão empenhados em explicar a continuidade e as mudanças ao longo do tempo e, desde Platão, sabe-se que a infância é a chave para essa compreensão. Quase certamente a importância das relações entre pais e filhos para a mudança social não foi descoberta por Freud. Há quinze séculos, o clamor de Santo Agostinho, “Deem-me outras mães e eu lhes darei outro mundo”, tem sido repetido por grandes pensadores, sem afetar a história escrita. Naturalmente, desde Freud, nossa visão da infância adquiriu uma dimensão nova e, na última metade do século 20, o estudo dessa fase da vida tornou-se rotineiro para o psicólogo, o sociólogo e o antropólogo. Para o historiador, está apenas começando. Essa obstinada evitação requer uma explicação.

Habitualmente, os historiadores atribuem a falta de pesquisa séria sobre a infância, no passado, à escassez das fontes. Peter Laslett indaga-se por que “legiões e legiões de crianças pequenas, estranhamente, estão ausentes do registro escrito (...). Um mistério cerca o silêncio de todas essas multidões de bebês de colo, criancinhas e adolescentes, nas declarações feitas pelos homens sobre a própria experiência desse período (...). Não sabemos se os pais ajudavam a cuidar dos bebês (...). Ainda nada se pode dizer sobre aquilo que os psicólogos denominam treinamento higiênico (...). De fato, é preciso esforço mental para lembrar todo o tempo em que as crianças estiveram sempre presentes, numericamente, no mundo tradicional, quase a metade de toda a comunidade vivendo em situação de semiesquecimento”.¹ Como escreve James Bossard, sociólogo especialista na área familiar: “Infelizmente, a história da infância jamais foi escrita e há dúvidas sobre se o será algum dia [por causa] da insuficiência de dados históricos relativos à infância”.²

Essa convicção é tão intensa entre os historiadores, que não

1 LASLETT, Peter. *The World We Have Lost*. Nova York: Routledge, 1965, p. 104.

2 BOSSARD, James H. S. *The Sociology of Child Development*. Nova York: Harper & Row, 1948, p. 598.

é de surpreender que este livro tenha começado não pelo campo da história, mas pela psicanálise aplicada. Cinco anos atrás, eu escrevia um livro sobre a teoria psicanalítica da mudança histórica e, ao rever os resultados de meio século de psicanálise aplicada, pareceu-me que ela havia falhado em se tornar uma ciência principalmente porque não se havia tornado evolucionária. Uma vez que, por definição, a mudança histórica não pode ser explicada pela compulsão de repetição, todas as tentativas de Freud, Roheim, Kardiner e outros para desenvolver uma teoria da mudança, acabaram terminando em uma disputa estéril, do tipo quem veio primeiro, o ovo ou a galinha, sobre se a criação infantil depende de características culturais ou é o contrário. Sucessivas vezes comprovou-se que as práticas de criação infantil são a base da personalidade adulta. O problema de onde elas se originaram confundiu todos os psicanalistas que levantaram a questão.³

Em uma dissertação que apresentei em 1968, na Associação de Psicanálise Aplicada, esbocei uma teoria evolucionária da mudança histórica nas relações entre pais e filhos e, como os historiadores ainda não haviam começado o trabalho de escrever a história da infância, propus que a Associação patrocinasse um grupo de historiadores para pesquisar as fontes a fim de descobrir os estágios principais da criação infantil no Ocidente, desde a Antiguidade. O presente ensaio é o resultado desse projeto.

A “teoria psicogênica da história”, esboçada em meu projeto, começou por uma teoria abrangente da mudança histórica. Postulou que a força central para a mudança, na história, não é nem a tecnologia nem a economia, mas as mudanças “psicogêni-

3 ROHEIM, Geza. The Study of Character Development and The Ontogenetic Theory of Culture. In: EVANS-PRITCHARD, E.E et al. *Essays Presented to C. G. Seligman*. Londres: K. Paul, Trench, Trubner & Co, 1934, p. 292; KARDINER, Abram. *The Individual and His Society*. Nova York: Greenwood Press, 1939, p. 471. Em *Totem and Taboo*, Freud esquivou-se ao problema postulando uma “herança de disposições psíquicas”; FREUD, Sigmund. *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 13. Londres: James Strachey, 1955, p. 158.

cas” na personalidade, decorrentes de gerações sucessivas de interações entre pais e filhos.

Essa teoria envolvia diversas hipóteses, cada uma sujeita a prova e refutação por evidência histórica empírica. As hipóteses são as seguintes:

Que a evolução das relações entre pais e filhos constitui uma fonte independente de mudança histórica. A origem dessa evolução reside na capacidade de gerações sucessivas de pais de regredir à idade psíquica de seus filhos e de ultrapassar as ansiedades desse período, na segunda vez em que as encontram, de modo melhor do que o fizeram na própria infância. O processo é similar ao da psicanálise, que também envolve regressão e uma segunda oportunidade de enfrentar as ansiedades da infância.

Que essa “pressão geracional” pela mudança psíquica não é apenas espontânea, originando-se da necessidade do adulto de regredir e do esforço da criança para se relacionar, mas também ocorre independentemente de mudanças sociais e tecnológicas. Assim, ela pode ser encontrada mesmo em períodos de estagnação social e tecnológica.

Que a história da infância constitui-se em uma série de aproximações mais estreitas entre o adulto e a criança, cada redução da distância psíquica produzindo nova ansiedade. A redução dessa ansiedade do adulto é a fonte principal das práticas de criação infantil em cada período.

Que a contrapartida da hipótese de que a história envolve um aperfeiçoamento geral da criação infantil é que, quanto mais se retrocede na história, menos eficazes são os pais em atender às necessidades de desenvolvimento da criança. Por exemplo, isso indica que, se atualmente, nos Estados Unidos, há menos de um milhão de crianças violentadas,⁴ então houve um momento na história em que a maioria das crianças seriam o que atualmente consideramos como violentadas.

4 NEMY, Enid. Child Abuse: Does It Stem From the Nation's Ills and Its Culture. In: *New York Times*, August 16, 1971, p. 16; segundo algumas estimativas, 2,5 milhões de crianças são violentadas. Ver FONTANA, Vincent J. *Somewhere a Child is Crying*. Nova York: Colombo, 1973, p. 38.

Que, em razão de a estrutura psíquica precisar passar sempre de geração em geração através do funil estreito da infância, as práticas de criação infantil de uma sociedade não são apenas um item numa lista de características culturais. Elas são a própria condição para a transmissão e o desenvolvimento de todos os outros elementos culturais e estabelecem limites definidos para aquilo que pode ser alcançado em todas as outras esferas da história. As experiências específicas da infância devem ocorrer para sustentar características culturais específicas e, quando essas experiências deixam de ocorrer, as características desaparecem.

A evidência sobre a evolução da infância será examinada nesta parte e o restante da teoria psicogênica será detalhado ao longo do livro.